UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

DANIELA GUEIROS DIAS

Consequencialismo judicial no Direito Tributário brasileiro

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Dr. Humberto Bergmann Ávila

São Paulo

2018

DANIELA GUEIROS DIAS

Consequencialismo judicial no Direito Tributário brasileiro

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, sob a orientação do Professor Titular Dr. Humberto Bergmann Ávila.

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

DIAS, Daniela Gueiros.

Consequencialismo judicial no Direito Tributário brasileiro. 190 p.

Orientador: Prof. Titular Humberto Bergmann Ávila.

Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, USP, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2018.

1. Consequencialismo judicial no Direito Tributário brasileiro. 2. Regras atributivas de competência tributária. 3. Razões excludentes. 4. Estado de Direito, segurança jurídica, separação de Poderes, legalidade, igualdade. 5. Artigo 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Nome: Daniela Gueiros Dias

Título: Consequencialismo judicial no Direito Tributário brasileiro

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Econômico, Financeiro e Tributário.

Banca realizada em:

Resultado:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é resultado de um longo processo que levou à sua elaboração. Nesses três anos como estudante da Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, inúmeras pessoas foram fundamentais para que esse processo fosse não apenas um de desenvolvimento e aperfeiçoamento como acadêmica do Direito, como também um de crescimento pessoal. Por essa razão, elas merecem meus agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço ao Professor Humberto Ávila por ter me aceito como sua orientanda. Pessoalmente, o Professor Humberto Ávila é exemplo de um ideal a ser perseguido. A seriedade, o rigor, e a forma analítica com que lida com o Direito são balanceadas pela figura de um orientador e chefe gentil, generoso e aberto à discussão crítica. As inúmeras conversas e discussões com o Professor Humberto, das mais singelas às mais complexas, foram fundamentais para o desenvolvimento das principais ideias desta dissertação.

Em segundo lugar, agradeço aos Professores sem os quais esta dissertação não seria o que é hoje. Ao Professor Fernando Leal, por ter me apresentado ao tema desta dissertação quando eu ainda estava na graduação e por ter tido uma influência decisiva na minha forma de compreender e estudar o Direito. Ao Professor Eurico de Santi, por ter me ensinado, na época em que eu estava no NEF, a analisar as questões jurídicas sob novas e diversas perspectivas. Ao Professor Luís Eduardo Schoueri e ao Professor André Folloni, pelas contribuições para esta dissertação por meio de críticas e sugestões durante minha banca de qualificação.

Em terceiro lugar, agradeço à minha família. Aos meus pais, Cláudia e Daniel, que mesmo longe, sempre se fazem presentes na minha vida. Foram eles que permitiram o desenvolvimento deste trabalho, não apenas incentivando-me e fornecendo todo o suporte para que eu pudesse perseguir meus objetivos, como também me ensinando, desde cedo, a importância do ensino e da seriedade. Aos meus irmãos, Bernardo e Antônio, por trazerem leveza à minha vida e sempre estarem na torcida pelo meu sucesso. Às minhas avós Anete e Therezinha, por terem me ensinado, respectivamente, a acreditar e questionar a Ciência.

Em quarto lugar, agradeço aos meus amigos e colegas, sem os quais o processo de elaboração desta dissertação não teria sido o mesmo. Aos meus amigos do escritório, especialmente Martha Leão e Bruno Fulginiti, por estarem sempre abertos ao diálogo e incentivarem minha pesquisa. Aos amigos e colegas que conheci na USP, especialmente

Clara Moreira, Henrique Coutinho, Rafael Savassi, Pedro Henrique Ribas, Paulo Leão, João Alho, Maysa Deligne, Eduardo Halperin e Thaís Chanes. Às minhas amigas de todos os tempos e desde o início dos tempos, Ana Rachel Koury, Bruna Bezerra, Camila Moreira, Flávia Ribeiro e Mariana Grello. Aos meus primos, especialmente Amanda Gueiros e Felipe Gueiros, e aos meus tios, especialmente André Dias, com quem me distraía nos fins de semana. À Suzy Koury e à Camila Koury, pela companhia e carinho.

Em quinto lugar, agradeço especialmente ao Paulo Arthur Koury. Nossas histórias e vidas confundem-se em grande medida, de modo que eu não sei ao certo onde termina o meu pensamento e começa o dele. Cada ideia deste trabalho, antes de ser posta no papel, foi objeto de discussão com o Paulo Arthur, que soube, a um só tempo, incentivar e criticar. Sem o amor e cumplicidade do Paulo Arthur, esta dissertação nunca teria tido início.

Em sexto lugar, agradeço novamente à Clara Moreira, à Martha Leão e ao Paulo Arthur Koury, por terem lido esta dissertação com afinco e revisado, cuidadosamente, cada um dos seus parágrafos. Eventuais equívocos remanescentes são atribuíveis somente a mim.

Por fim agradeço a todos os amigos e familiares, perto ou distantes, que de alguma forma se fizeram presentes ao longo desse processo. Embora impossível agradecer a todos nominalmente sem fazer alguma injustiça, estejam certos de que vocês foram fundamentais para a conclusão desta dissertação.

Or tu chi se', che vuo' sedere a scranna,
per giudicar di lungi mille miglia
con la veduta corta d'una spanna?

[Mas tu quem és, que em tribunal sentado,
Julgas, de léguas em milhões distante,
Se mal vês o que a um palmo é colocado?]

Dante Alighieri, *Divina Commedia*, Paradiso, Canto XIX, linhas 79-81

DIAS, Daniela Gueiros. Consequencialismo judicial no Direito Tributário brasileiro. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é examinar se a adoção do consequencialismo judicial no Direito Tributário brasileiro é suportada pelas normas do ordenamento jurídico brasileiro. Para cumprir esse objetivo, o trabalho está dividido em três partes. Na primeira, analisam-se os sentidos possíveis da expressão “consequencialismo judicial” e do termo “consequências”. Na segunda, examina-se, de um lado, se a norma reconstruída a partir do artigo 20, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, obriga o julgador a adotar o consequencialismo judicial no âmbito tributário e, de outro lado, se as normas do ordenamento jurídico brasileiro permitem a adoção do consequencialismo judicial como método para atribuir sentido aos dispositivos normativos ou mesmo relativizar ou afastar a aplicação da norma tributária em uma situação concreta. Na terceira, analisam-se as falácias mais comuns quando se emprega argumentos consequencialistas. O trabalho conclui no sentido de que o Direito Tributário brasileiro é duplamente anti-consequencialista. Primeiro, porque as normas que o compõem proíbem a consideração das consequências externas às regras atributivas de competência tributária em detrimento das suas consequências internas. Segundo, porque essas normas também proíbem a consideração das consequências extrajurídicas como justificativa para decisões.

PALAVRAS-CHAVE

Consequencialismo judicial; consequências; Direito Tributário; regras atributivas de competência tributária; razões excludentes.

ABSTRACT

The purpose of this work is to examine whether the adoption of judicial consequentialism in Brazilian Tax Law is supported by the norms of the Brazilian legal system. To accomplish this goal, the work is divided into three parts. In the first one, the possible meanings of the expression “judicial consequentialism” and the term “consequences” are analyzed. In the second part, the work examines, on the one hand, whether the rule reconstructed from article 20, of the Law on Introduction to the Norms of Brazilian Law, obliges the judge to adopt judicial consequentialism in the tax field and, on the other hand, whether the norms of the Brazilian legal system allow for the adoption of judicial consequentialism as a method to assign meaning to normative provisions or even to relativize or dismiss the application of a tax norm in a concrete situation. In the third part, the most common fallacies when consequence-based arguments are employed are analyzed. The dissertation concludes that Brazilian Tax Law is doubly anti-consequentialist. First, because the rules that compose Brazilian Tax Law prohibit the consideration of external consequences of the rules that attribute tax competence in detriment of their internal consequences. Second, because these rules also prohibit the consideration of extra-juridical consequences as justification for decisions.

KEY WORDS

Judicial consequentialism; consequences; Tax Law; rules that attribute tax competence; exclusionary reasons.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
JUSTIFICATIVA (OU POR QUE O CONSEQUENCIALISMO JUDICIAL?)	19
OBJETO E MÉTODO (OU EM QUE SENTIDO E SOB QUE PERSPECTIVA SERÁ EXAMINADO O CONSEQUENCIALISMO JUDICIAL?)	24
PLANO (OU COMO SERÁ FEITA A ANÁLISE DO CONSEQUENCIALISMO JUDICIAL?)	25
CAPÍTULO 1. O QUE É CONSEQUENCIALISMO JUDICIAL	27
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	27
1.2 CONSEQUENCIALISMO JUDICIAL DEFINIDO	28
1.2.1 O que pode significar “consequencialismo”	28
1.2.1.1 Consequencialismo no âmbito moral	28
1.2.1.2 Consequencialismo no âmbito jurídico	30
1.2.1.2.1 Consequencialismo de primeira ordem	30
1.2.1.2.2 Consequencialismo de segunda ordem	37
1.2.2 O que pode significar “judicial”	43
1.3 O QUE SÃO “CONSEQUÊNCIAS”?	46
1.3.1 Aspecto objetivo (ou quais consequências?)	46
1.3.1.1 Consequências em relação a uma norma jurídica	47
1.3.1.2 Consequências em relação ao ordenamento jurídico	50
1.3.1.3 A relação entre as consequências internas das normas, externas às normas, jurídicas e extrajurídicas	54
1.3.1.4 Excurso: a consideração das consequências jurídicas no Direito Tributário brasileiro à luz da teoria de Neil MacCormick	55
1.3.2 Aspecto subjetivo	58
1.3.2.1 Consequências para quem?	59
1.3.2.1 Consequências na visão de quem?	62
1.3.3 Aspecto temporal (ou consequências quando?)	65
1.3.4 Aspecto quantitativo (consequências em que medida?)	67
1.4 CONCLUSÕES PARCIAIS (OU EM QUE SENTIDO SE FALARÁ EM CONSEQUENCIALISMO JUDICIAL?)	69
CAPÍTULO 2. O DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO PERMITE O CONSEQUENCIALISMO JUDICIAL?	73
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	73
2.2 O SUPOSTO FUNDAMENTO DO CONSEQUENCIALISMO JUDICIAL NO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO	74
2.2.1 O artigo 20 da LINDB introduziu no ordenamento jurídico brasileiro o consequencialismo judicial?	76
2.2.1.1 Três posições acerca do artigo 20 da LINDB	76
2.2.1.2 As perguntas ignoradas pelas três posições	80
2.2.2 A norma reconstruída a partir do artigo 20 da LINDB é aplicável no âmbito tributário?	88
2.3 A PROIBIÇÃO DE ADOÇÃO DO CONSEQUENCIALISMO JUDICIAL NO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO	93
2.3.1 O Direito Tributário brasileiro proíbe o consequencialismo judicial enquanto recurso às consequências externas às normas	94

2.3.1.1 O Direito Tributário brasileiro atribuiu competência tributária por meio de regras	94
2.3.1.2 As regras atributivas de competência tributária constituem razões excludentes que proíbem a consideração das consequências externas no Direito Tributário brasileiro	96
2.3.1.3 Os princípios fundamentais do Direito brasileiro asseguram a força normativa das regras atributivas de competência tributária	104
2.3.1.3.1 A violação ao Estado de Direito	104
2.3.1.3.2 A violação à segurança jurídica	107
2.3.1.3.3 A violação à separação de Poderes	112
2.3.1.3.4 A violação à legalidade	114
2.3.1.3.5 A violação à igualdade	117
2.3.1.4 Igualdade, capacidade contributiva, solidariedade e justiça social não são fundamentos para descon sideração das consequências internas das regras atributivas de competência tributária	120
2.3.2 O Direito Tributário brasileiro proíbe o consequencialismo judicial enquanto recurso às consequências extrajurídicas	125
2.4 CONCLUSÕES PARCIAIS (OU POR QUE O ORDENAMENTO JURÍDICO-TRIBUTÁRIO BRASILEIRO PROÍBE O CONSEQUENCIALISMO JUDICIAL?)	128

CAPÍTULO 3. AS FALÁCIAS DA ARGUMENTAÇÃO COM BASE NAS CONSEQUÊNCIAS EXTERNAS ÀS NORMAS131

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	131
3.2 O EMPREGO DE FALÁCIAS E A VIOLAÇÃO AO DEVER DE JUSTIFICAR DECISÕES.....	132
3.3 AS FALÁCIAS MAIS COMUNS NA ARGUMENTAÇÃO COM BASE EM CONSEQUÊNCIAS ...	136
3.3.1 Falácias subjetivas na argumentação com base em consequências	138
3.3.1.1 Falácia do subjetivismo.....	138
3.3.1.2 Falácia do apelo à maioria.....	140
3.3.1.3 Falácia do apelo à emoção	142
3.3.1.4 Falácia do apelo à força.....	143
3.3.1.5 Falácia dos epítetos carregados	144
3.3.2 Falácias envolvendo credibilidade na argumentação com base em consequências: a falácia do apelo à autoridade	146
3.3.3 Falácias de contexto na argumentação com base em consequências	152
3.3.3.1 Falácia do falso dilema.....	153
3.3.3.2 Falácias relativas à causalidade.....	156
3.3.4 Falácias da estrutura lógica na argumentação com base em consequências ...	161
3.3.4.1 Falácia da petição de princípio.....	161
3.3.4.2 Falácia da dispersão	163
3.4 CONCLUSÕES PARCIAIS (OU OS MITOS DA ARGUMENTAÇÃO COM BASE NAS CONSEQUÊNCIAS EXTERNAS ÀS NORMAS)	166

CONCLUSÕES169

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS177

INTRODUÇÃO

[“Ao jurista, advogado ou juiz, não é dado recusar vigência à lei sob alegação de sua injustiça, muito embora possa e deva proclamar a sua ilegitimidade ética no ato mesmo de dar-lhe execução. Mesmo porque poderá tratar-se de um ponto de vista pessoal, em contraste com as valorações prevalecentes na comunidade a que ele pertence, e também porque permanece intocável a lição de Sócrates, recusando-se a evadir-se da prisão, subtraindo-se à iníqua pena de morte que lhe fora imposta: ‘é preciso que os homens bons respeitem as leis más, para que os maus não aprendam a desrespeitar as leis boas.’”] Miguel Reale.¹

JUSTIFICATIVA (OU POR QUE O CONSEQUENCIALISMO JUDICIAL?)

De uma forma ou de outra, há muito tempo, argumentos consequencialistas são utilizados no Direito.² Especificamente no Direito Tributário brasileiro, não é recente o apelo, por um juiz ou tribunal, às consequências decorrentes da adoção de uma decisão em detrimento de outra. Em 1959, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal teve que decidir quanto à constitucionalidade da incidência do imposto de vendas e consignações sobre o valor do imposto de consumo que o fabricante recolhia ao efetuar a primeira venda do seu produto.³ Ao fazer um paralelo com caso semelhante, o relator, Ministro Luiz Gallotti, afirmou que vários representantes dos Estados apontavam para as “gravíssimas consequências para a Fazenda dos Estados” na hipótese de eventual decisão a eles desfavorável. No entanto, o mesmo Ministro foi enfático ao sustentar que “não por este argumento *ad terrorem*, mas porque nos convencemos de que tinham razão, vieram os

¹ REALE, Miguel. *Lições preliminares de Direito*. 23ª edição. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 313-314.

² MACCORMICK, Neil. On legal decisions and their consequences: from Dewey to Dworkin. *New York University Law Review*, vol. 58, n.º 2. New York: New York University, 1983. p. 239-258 (241).

³ STF, Recurso em Mandado de Segurança n.º 6.669, Relator Ministro Luiz Gallotti, Tribunal Pleno, julgado em 21/08/1959.

Estados a ser vencedores, livrando-se inclusive de restituições que montariam a bilhões de cruzeiros”.⁴

Naquela época, o Supremo Tribunal Federal reconhecia que argumentos relativos às consequências econômicas da decisão do tribunal não deveriam ser mais relevantes do que os argumentos passíveis de recondução às normas do ordenamento jurídico. Isso pode ser percebido pelo fato de o Ministro Luiz Gallotti frisar que o determinante para a decisão do Supremo Tribunal Federal não foi o eventual prejuízo financeiro decorrente do dever de os Estados restituírem o tributo cobrado inconstitucionalmente, mas sim o fato de que estes “tinham razão” à luz das normas reconstruídas a partir dos dispositivos constitucionais pertinentes.

Atualmente, no entanto, argumentos relativos ao impacto financeiro aparecem cada vez com maior frequência nas decisões dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Apenas a título exemplificativo, na Suspensão de Liminar n.º 1.145/RJ, a Ministra Cármen Lúcia teve que decidir, monocraticamente, quanto à possibilidade de suspensão de uma decisão liminar do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que havia impedido a cobrança do aumento do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD) no referido Estado – a Lei do Estado do Rio de Janeiro havia aumentado as alíquotas do ITCMD em praticamente 100% (cem por cento) sem, contudo, observar a anterioridade nonagesimal –.⁵ De acordo com o Procurador-Geral do Estado, a manutenção da decisão do Tribunal de Justiça poderia causar prejuízos ao Estado do Rio de Janeiro, “em um contexto de crise fiscal e compromisso de incremento de receitas”,⁶ já que “o risco à economia pública [estaria] objetiva, matemática e exaustivamente comprovado (...) em torno de 450 milhões de reais somente para o exercício de 2018”.⁷ A Ministra Cármen Lúcia acatou o pedido do Estado, afirmando que “a manutenção da decisão (...) apresenta risco à ordem pública, (...), e econômica, pela capacidade de agravar a precária prestação de serviços públicos (...)”.⁸ A decisão da Ministra Cármen Lúcia foi objeto de agravo regimental, mas foi mantida pelo

⁴ STF, Trecho do voto do Ministro Luiz Gallotti no Recurso em Mandado de Segurança n.º 6.669, Relator Ministro Luiz Gallotti, Tribunal Pleno, julgado em 21/08/1959, p. 13.

⁵ STF, Suspensão de Liminar n.º 1.145/RJ, Relatora Ministra Cármen Lúcia, decisão monocrática, julgado em 06/04/2018.

⁶ *Ibidem*, p. 3.

⁷ *Idem*.

⁸ STF, Agravo Regimental na Suspensão de Liminar n.º 1.145/RJ, Relatora Ministra Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 10/09/2018.

Tribunal Pleno.⁹ O Ministro Marco Aurélio, vencido no julgamento, foi o único a defender que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro havia reconhecido a ofensa à anterioridade nonagesimal, o que evidenciaria a necessidade de manutenção da liminar para preservar esta garantia constitucional e evitar a surpresa do contribuinte.

Esse exemplo, aos quais outros poderiam ser somados, serve para demonstrar que, diante da existência de diversos tipos de argumentos (linguísticos, sistemáticos, teleológicos, por exemplo)¹⁰, o recurso a argumentos consequencialistas tem se tornado cada vez mais frequente nas decisões dos juízes e tribunais brasileiros, principalmente do Supremo Tribunal Federal.¹¹ Como o exemplo acima evidencia, argumentos consequencialistas têm sido empregados para afastar inclusive direitos e garantias fundamentais do contribuinte destinados a limitar o poder do Estado.

Apesar de preponderantemente utilizados pelo Estado, argumentos relativos ao impacto financeiro também são apresentados pelos contribuintes. No Recurso Extraordinário n.º 718.874, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal firmou a tese de que a contribuição social do empregador rural pessoa física, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização da sua produção, instituída pela Lei n.º 10.256/2001, é formal e materialmente constitucional. A despeito do mérito da decisão, é relevante notar que neste caso houve referência expressa às consequências do julgamento para os contribuintes, na medida em que um dos Ministros afirmou que “qualquer que seja a decisão, em um ou em outro lado, tem consequências sérias”, destacando que a “quebra das empresas” seria evidente “por conta do acumulado eventual de tributos”.¹²

O argumento relativo ao impacto financeiro (ou prejuízo financeiro) é apenas uma espécie dos argumentos que pretendem justificar a adoção ou não de uma decisão com base nas consequências desejáveis ou indesejáveis dela decorrentes. O consequencialismo

⁹ STF, Agravo Regimental na Suspensão de Liminar n.º 1.145/RJ, Relatora Ministra Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 10/09/2018. p. 22 do acórdão.

¹⁰ MACCORMICK, Neil; SUMMERS, Robert. “Interpretation and Justification”. In MACCORMICK, Neil; SUMMERS, Robert (editors). *Interpreting Statutes: A Comparative Study*. Brookfield: Dartmouth, 1991. p. 511-544 (512-516).

¹¹ PISCITELLI, Tathiane dos Santos. *Argumentando pelas consequências no direito tributário*. São Paulo: Noeses, 2011. p. 01 -10 e 235-269; PARGENDLER, Mariana e SALAMA, Bruno Meyerhof. Direito e Consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. *Revista de Direito Administrativo (RDA)*, v. 262, Rio de Janeiro, jan.-abr., 2013. p. 127.

¹² STF, Trecho do voto do Ministro Gilmar Mendes no Recurso Extraordinário n.º 718.874, Relator Ministro Edson Fachin, Relator para acórdão Ministro Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, julgado em 30/03/2017, p. 116.

judicial, portanto, não se esgota no apelo a esse argumento. Consequências sociais, culturais e institucionais, desejáveis ou não, por exemplo, também constituem espécies do argumento consequencialista e têm sido empregados, ao lado de argumentos relativos ao impacto financeiro, para justificar as decisões dos juízes e tribunais.¹³

O fato de argumentos consequencialistas serem utilizados como justificativas de decisões de juízes e tribunais brasileiros, no entanto, não quer dizer que estes *podem* e *devem* recorrer a esse tipo de argumento para justificar suas decisões. Entendimento em sentido contrário implicaria derivar de um “ser” um “dever ser”, isto é, extrair de premissas relativas a como as coisas *são*, uma conclusão relativa a como as coisas *deveriam ser*.¹⁴ Tal linha de raciocínio, porém, não é logicamente válida sem a adição de uma premissa implícita relativa a como as coisas *devem ser*.¹⁵ Isso porque a conclusão quanto ao que *deve ser* expressa uma relação diversa da conclusão a respeito de como as coisas *são* e, por esse motivo, pressupõe o uso de argumentos que forneçam razões que efetivamente sirvam de suporte à conclusão que se pretende chegar.¹⁶

Deste modo, ainda que o consequencialismo judicial seja “realidade ante o impacto socioeconômico das sentenças”,¹⁷ disso não decorre que o papel dos juízes e tribunais, principalmente no âmbito tributário, possa ou deva ser “liberar-se dos contornos de um agente estatal escravizado à letra da lei, para imbuir-se da consciência de seu papel social”¹⁸ e assim “refletir sobre as consequências de suas decisões, tornando-se um fiel agente de uma sociedade mais justa e solidária”.¹⁹ Quando o discurso jurídico no âmbito tributário mistura esses dois planos (*ser* e *dever ser*), as decisões de juízes e tribunais relativas à interpretação dos dispositivos e à aplicação das regras atributivas de competência tributária deixam de ser

¹³ TORRES, Ricardo Lobo. “O consequencialismo e a modulação dos efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal”. In SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes (coord.). *Direito Tributário: Estudos em tributo ao jurista Ives Gandra da Silva Martins*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 271.

¹⁴ SELBY-BIGGE, L.A (ed.). *Hume's Treatise of Human Nature*. Oxford: Clarendon Press, 1896. p. 469.

¹⁵ AARNIO, Aulis. Introduction. In PECZENIK, Aleksander. *On Law and Reason*. Dordrecht: Springer, 2008. p. 8.

¹⁶ WEINBERG, Ota. “Formalism or Anti-formalism: Reconsidering an Important Dispute in Jurisprudence”. In KRAWIETZ, Werner; MACCORMICK, Neil; von WRIGHT, Georg Henrik. *Prescriptive Formality and Normative Rationality in Modern Legal Systems: Festschrift for Robert S. Summers*. Berlin: Duncker & Humblot, 1994. p. 683-692 (686).

¹⁷ PIROZI, Maurício José Machado. Consequencialismo judicial – Uma realidade ante o impacto socioeconômico das sentenças. *Jurisprudência Mineira*, a. 59, vol. 187. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, outubro/dezembro 2008, p. 24.

¹⁸ *Ibidem*, p. 24.

¹⁹ *Ibidem*, p. 22 e 24.

fundamentadas nas normas do ordenamento jurídico, e passam a decorrer dos caprichos do julgador.

No plano do *ser*, o consequencialismo judicial no Direito Tributário tem resultado no judicialismo inconsequente. Em primeiro lugar, porque o consequencialismo judicial no âmbito tributário tem sido responsável pela substituição da decisão consciente do legislador pela decisão inconsciente do julgador. Juízes e tribunais têm decidido a despeito das consequências atribuídas aos atos e fatos jurídicos pelas próprias normas do ordenamento, pautando-se nos supostos efeitos positivos e negativos que suas decisões poderiam gerar no mundo. Ao assim procederem, esses julgadores têm sobreposto a incerteza das consequências decorrentes da sua decisão sobre a certeza das consequências normativas prescritas pelo legislador.

Em segundo lugar, porque o consequencialismo judicial no âmbito tributário tem sido responsável pela substituição da autoridade da decisão por decisões autoritárias. As normas previstas pelo ordenamento jurídico estão sendo paulatinamente flexibilizadas ou modificadas em função das impressões e convicções do julgador. Basta apontar, nesse sentido, para as inúmeras expressões utilizados pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal para decidir questões tributárias. Segundo eles, o Sistema Tributário Nacional seria uma “balbúrdia”²⁰, “algo de apavorante”²¹, e “irracional”²². O “risco de tragédia”²³, o “caos”²⁴, a “repercussão para todos os lados”²⁵, as “consequências sérias”²⁶ das decisões do Tribunal dada sua “singularidade”²⁷, simplesmente evidenciariam a existência de uma “bomba [prestes] a explodir”²⁸. Não é à toa que para essa visão o julgador exerceria “uma delicada tarefa (...) [de] acondicionar explosivos”²⁹ e que o direito do contribuinte à restituição de tributos cobrados inconstitucionalmente seria uma “lenda jurídica urbana que sinaliza no sentido de que o [E]stado criou o tributo de maneira inconstitucional e, agora,

²⁰ STF, Trecho do voto do Ministro Gilmar Mendes no Recurso Extraordinário n.º 718.874, Relator Ministro Edson Fachin, Relator para acórdão Ministro Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, julgado em 30/03/2017. p. 109.

²¹ *Idem*.

²² *Ibidem*, p. 116.

²³ *Ibidem*, p. 110.

²⁴ *Ibidem*, p. 110.

²⁵ *Ibidem*, p. 112.

²⁶ *Ibidem*, p. 116.

²⁷ *Ibidem*, p. 112.

²⁸ *Ibidem*, p. 111.

²⁹ *Ibidem*, p. 111.

tem de devolver”³⁰. Nesse quadro de especulação e achismos, difícil não concordar com os Ministros que se está diante de “um daquele caos que recomenda algum tipo de providência”³¹.

No plano do *dever ser*, é necessário analisar se as normas do ordenamento jurídico brasileiro autorizam juízes e tribunais a adotarem o consequencialismo judicial na tomada de decisões no Direito Tributário. É preciso saber se essas normas permitem juízes e tribunais a considerar as consequências supostamente decorrentes de uma decisão judicial em detrimento das consequências normativas previstas pelo legislador e que deveriam ser aplicadas em uma situação concreta. Em termos mais singelos, é necessário perquirir se o ordenamento jurídico brasileiro permite a alteração do futuro certo do legislador pelo futuro incerto do julgador.

Ausente o exame quanto à compatibilidade de adoção do consequencialismo judicial no Direito Tributário brasileiro com as normas do ordenamento jurídico pátrio, corre-se o risco de permitir que a vontade objetiva da Constituição seja substituída pela vontade subjetiva do intérprete e aplicador. Dito de outro modo: corre-se o risco de o Direito ser substituído pelo não Direito e da força normativa ser preterida em favor da fraqueza da retórica.

OBJETO E MÉTODO (OU EM QUE SENTIDO E SOB QUE PERSPECTIVA SERÁ EXAMINADO O CONSEQUENCIALISMO JUDICIAL?)

O objeto do presente trabalho é o consequencialismo judicial no Direito Tributário brasileiro. No entanto, deve-se esclarecer desde logo que a preocupação do presente trabalho é apenas com as decisões que envolvem a interpretação de dispositivos a partir dos quais se reconstroem regras atributivas de competência tributária e a aplicação dessas mesmas regras. Isso quer dizer que os casos considerados neste trabalho em caráter exemplificativo e tomados como base para a análise dos argumentos consequencialistas não dizem respeito à ampliação de direitos e garantias fundamentais do contribuinte, mas sim à sua restrição. O

³⁰ STF, Trecho do voto do Ministro Gilmar Mendes no Recurso Extraordinário n.º 718.874, Relator Ministro Edson Fachin, Relator para acórdão Ministro Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, julgado em 30/03/2017. p. 110.

³¹ *Ibidem*, p. 119.

esclarecimento é relevante porque revela os limites das conclusões alcançadas pelo presente trabalho.

Embora em tese seja possível estender as conclusões deste trabalho a todo o Direito Tributário brasileiro, é necessário cautela. Os casos submetidos à apreciação de um juiz ou tribunal não são todos iguais. Eles dependem, para a sua solução, da interpretação de dispositivos e da aplicação de normas diferentes em relação à sua estrutura, função e finalidade.³² Por conseguinte, não é necessariamente verdadeiro que as conclusões relativas à justificação das decisões judiciais concernentes à interpretação de dispositivos e aplicação de normas restritivas de direitos sejam idênticas àquelas relativas à justificação das decisões judiciais concernentes à interpretação de dispositivos e aplicação de normas ampliativas de direitos ou mesmo fixadoras de procedimentos no âmbito tributário.

Nesse sentido, o método utilizado para analisar o objeto deste trabalho é o analítico-dogmático. Analítico porque a partir do rigor e da precisão da linguagem busca-se delimitar e definir os conceitos relevantes para sistematização, explicação e crítica à adoção do consequencialismo judicial no Direito Tributário brasileiro.³³ Dogmática porque o exame da obrigação, permissão ou proibição de adoção do consequencialismo judicial no Direito Tributário brasileiro é feito com base no Direito positivo. São estudados os dispositivos e as normas que compõem o ordenamento jurídico-tributário brasileiro, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

PLANO (OU COMO SERÁ FEITA A ANÁLISE DO CONSEQUENCIALISMO JUDICIAL?)

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, define-se em que sentido a expressão “consequencialismo judicial” e o termo “consequências” serão empregados. No segundo capítulo, analisa-se, de um lado, se o artigo 20 da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro obriga o julgador tributário a adotar o consequencialismo judicial e, de outro lado, se o consequencialismo judicial é suportado pelas normas do ordenamento jurídico brasileiro. No terceiro capítulo, examinam-se as falácias mais comuns decorrentes do emprego de argumentos consequencialistas para justificar decisões. O

³² ÁVILA, Humberto. *Teoria da segurança jurídica*. 4ª edição. São Paulo: Malheiros, 2016. p. 625.

³³ AARNIO, Aulis. Introduction. In PECZENIK, Aleksander. *On Law and Reason*. Dordrecht: Springer, 2008. p. 12. ÁVILA, Humberto. *Teoria da igualdade tributária*. 3ª edição. São Paulo: Malheiros, 2015. p. 33.

trabalho conclui no sentido de que o Direito Tributário brasileiro, no tocante à interpretação e aplicação das regras atributivas de competência tributária, é duplamente anti-consequencialista. De um lado, ele proíbe a consideração das consequências externas às regras atributivas de competência tributária em detrimento das suas consequências internas; de outro, proíbe a consideração das consequências extrajurídicas como justificativa para a decisão.

CONCLUSÕES

[“Toutes choses sont dites déjà; mais comme personne n’écoute, il faut toujours recommencer.”] André Gide.⁴¹¹

A partir da análise das normas que compõem o ordenamento jurídico pátrio, o presente trabalho chegou à conclusão de que o Direito Tributário brasileiro, no tocante à interpretação e aplicação das regras atributivas de competência tributária, é duplamente anti-consequencialista. De um lado, o Direito Tributário brasileiro proíbe a consideração das consequências externas às regras atributivas de competência tributária em detrimento das suas consequências internas. De outro lado, o Direito Tributário brasileiro proíbe a consideração das consequências extrajurídicas como justificativa para decisão. Essa conclusão principal é suportada por uma série de conclusões desenvolvidas ao longo do trabalho e a seguir sumarizadas:

1. O termo “consequencialismo” é equívoco, sendo utilizado em diferentes contextos com diferentes sentidos. No âmbito moral, o consequencialismo comporta uma série de teorias que sustentam, primeiro, que a ação moralmente correta é uma função das consequências por ela produzidas e, segundo, que é com referência às consequências produzidas por determinada ação que tal ação deve ser moralmente justificada. Não há qualquer relação necessária entre a adoção do consequencialismo no âmbito moral e a adoção do consequencialismo no âmbito jurídico. No âmbito jurídico, o termo “consequencialismo” pode ser utilizado para fazer referência a um método de interpretação e aplicação

⁴¹¹ Tradução livre: “Todas as coisas já foram ditas; mas como ninguém escuta, é preciso sempre recomeçar”. GIDE, André. *Le traité du narcissisme. Théorie du symbole. Entretiens*, vol. 4, n.º 22, 1892. p. 20-28 (20).

(consequencialismo de primeira ordem) ou a uma postura do julgador acerca de como decidir (consequencialismo de segunda ordem).

2. O significado do termo “judicial” pode ser delimitado, de um lado, com base no aspecto subjetivo, isto é, em função de *quem* decide e, de outro lado, com base no aspecto objetivo, isto é, em função do *que* se decide. Desse modo, na acepção estritíssima, o termo “judicial” refere-se à atuação do Poder Judiciário tão-somente no exercício de sua atividade adjudicante.

3. Quanto à definição do vocábulo “consequências”, relativamente ao aspecto objetivo, duas perspectivas diferentes podem ser adotadas, tanto a da norma jurídica isoladamente considerada quanto a do ordenamento jurídico como um todo. Sob a perspectiva de uma norma jurídica isoladamente considerada, as consequências podem ser internas às normas ou externas às normas. As consequências internas às normas jurídicas dizem respeito às consequências estabelecidas na estrutura das normas, sejam elas regras ou princípios. As consequências externas às normas dizem respeito aos efeitos ou implicações, jurídicos ou extrajurídicos, decorrentes da aplicação do consequente normativo em um determinado caso concreto.

4. Sob a perspectiva do ordenamento jurídico como um todo, as consequências podem ser jurídicas ou extrajurídicas. As consequências jurídicas dizem respeito aos efeitos ou implicações da decisão judicial dentro do ordenamento jurídico. As consequências extrajurídicas dizem respeito aos efeitos ou implicações da decisão judicial fora do ordenamento jurídico. Tais efeitos ou implicações relacionam-se causalmente com a decisão judicial, no sentido de que esta é tida como uma condição necessária e suficiente para o seu desencadeamento.

5. Quanto à definição do vocábulo “consequências”, relativamente ao aspecto subjetivo e no tocante a quem pode ser afetado pela consideração das consequências, o contribuinte (ou grupo de contribuintes), o Estado e a sociedade podem ser influenciados, direta ou indiretamente, pelas consequências da decisão judicial. Quanto à definição do vocábulo “consequências”, relativamente ao aspecto subjetivo e no tocante a quem seria o sujeito competente para examinar as consequências se essas fossem admitidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, chegou-se à conclusão de que essas teriam que ser avaliadas por um perito, terceiro imparcial com expertise técnica e distante das partes envolvidas no processo.

6. Quanto à definição do vocábulo “consequências”, relativamente ao aspecto temporal, constatou-se que a consideração das consequências externas às normas resulta em um paradoxo: a decisão judicial, sob o pretexto de alterar o futuro, torna instável o passado, porque modifica as normas fixadas no passado pelo legislador para guiar no futuro a conduta dos destinatários, inclusive do Poder Judiciário. O futuro prescrito pelo legislador é substituído pelo futuro quisto pelo julgador.

7. Quanto à definição do vocábulo “consequências”, relativamente ao aspecto quantitativo, constatou-se que essas podem ser avaliadas com base em diferentes medidas, sob o aspecto quantitativo positivo, quantitativo negativo, qualitativo positivo, qualitativo negativo e probabilístico.

8. No Direito Tributário brasileiro, o consequencialismo judicial, enquanto método de interpretação dos dispositivos e aplicação das normas, não encontra fundamento no ordenamento jurídico. A norma reconstruída a partir do artigo 20, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, não obriga o julgador a adotar o consequencialismo judicial. O objetivo da introdução da referida norma foi fornecer parâmetros para a aplicação de valores jurídicos abstratos (princípios) em casos concretos, permitindo o controle intersubjetivo das decisões de juízes e tribunais. A consideração das consequências externas às normas viola este objetivo, na medida em que substitui “a fórmula mágica dos princípios” pela “fórmula mágica das consequências”, sem, no entanto, fornecer qualquer critério que restrinja a discricionariedade do julgador.

9. A partir do artigo 20, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, podem ser reconstruídas duas normas distintas, cujo traço comum é a impossibilidade de desconsideração das consequências internas aos princípios aplicáveis ao caso concreto. A primeira delas diz respeito à aplicação de apenas um princípio a um caso concreto. Nesse sentido, a norma exige que juízes e tribunais avaliem os efeitos da decisão e a sua aptidão para alcançar o estado ideal de coisas prescrito pelo princípio que serviu de fundamento à decisão. Como essa exigência já é uma decorrência da própria natureza normativa dos princípios, então esta norma tem caráter meramente expletivo. Seu mérito reside em explicitar um dever de fundamentação que deveria ser observado por julgadores, embora na prática isso muitas vezes não ocorra.

10. A segunda norma passível de reconstrução a partir do artigo 20, da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro diz respeito à aplicação de dois ou mais princípios em um caso concreto. Nesse caso, a interpretação sistemática obriga a atribuição de sentido ao *caput* do dispositivo em conformidade com o seu parágrafo único. Como o parágrafo único não faz referência a elementos externos do ordenamento jurídico, mas sim a dois subtestes necessários para a aplicação de princípios quando estes entram em colisão, não é possível atribuir sentido ao *caput* como se esse fizesse referência a um elemento externo do ordenamento jurídico. Se assim fosse feito, a discricionariedade do julgador que a norma reconstruída a partir do parágrafo único visa a controlar seria, ela própria, ampliada pela norma reconstruída a partir do *caput*.

11. Caso se assumisse que a norma reconstruída a partir do artigo 20 da LINDB teria obrigado à adoção do consequencialismo judicial, então referida norma seria inconstitucional. Ao estabelecer que juízes e tribunais devem decidir com base nas consequências externas às normas, o Poder Legislativo obriga o Poder Judiciário a decidir de forma inconstitucional, uma vez que a consideração das consequências externas às normas viola os princípios do Estado de Direito, da segurança jurídica, da legalidade, da igualdade e da Separação de Poderes.

12. Caso se assumisse que a norma reconstruída a partir do artigo 20, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro além de obrigar o julgador a considerar as consequências externas às normas também é constitucional, seria necessário interpretá-la conforme a Constituição. Como a Constituição estabelece expressamente que somente lei complementar pode instituir normas gerais no Direito Tributário (artigo 146), sendo a norma reconstruída a partir do artigo 20, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro uma norma geral relativa à interpretação e aplicação, então essa não poderia produzir efeitos no âmbito tributário.

13. Caso se assumisse que a norma reconstruída a partir do artigo 20, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro além de obrigar o julgador a considerar as consequências externas às normas também é constitucional no âmbito tributário, ainda assim seu âmbito de aplicação seria extremamente reduzido, haja vista a necessidade de que a decisão judicial se baseie em “valores jurídicos abstratos”. Como um dos traços distintivos do Direito Tributário brasileiro é a utilização de regras para limitar o poder do Estado e conferir direitos ao contribuinte, então haverá poucos casos nos quais a decisão do julgador poderá ser baseada

exclusivamente em “valores jurídicos abstratos” e, dessa forma, atrair a aplicação da norma reconstruída a partir do artigo 20, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

14. Além de inexistir no ordenamento jurídico-brasileiro uma norma que obrigue o julgador a adotar o consequencialismo judicial no âmbito tributário, este é efetivamente proibido pelas normas do Direito pátrio.

15. As normas que compõem o ordenamento jurídico-brasileiro proíbem o julgador de considerar as consequências externas às normas para decidir casos tributários relativos à interpretação dos dispositivos e aplicação das regras atributivas de competência tributária. As regras constitucionais atributivas de competência tributária proíbem o julgador de considerar elementos externos à sua estrutura para solucionar casos tributários. As regras atributivas de competência tributária estabelecem o que deve ser feito sem apontar para aquilo que é bom em sua realização. Justamente por isso, as regras atributivas de competência tributária constituem razões para que, de um lado, seus destinatários diretos (entes federados) e indiretos (juízes, tribunais e contribuintes) ajam de acordo com a sua prescrição e, de outro, não ajam com base em razões concorrentes. Nesse último caso diz-se que as regras atributivas de competência tributária estabelecem razões excludentes.

16. A visão de que as regras atributivas de competência tributária poderiam ser aplicadas a um caso concreto a despeito de não estabelecerem uma razão para ação, ou ser reconstruídas, no momento da aplicação, de modo a refletir razões para ação que estariam inicialmente por elas excluídas, conduz ao colapso da própria regra atributiva de competência tributária. Por isso, o consequencialismo judicial enquanto consideração das consequências externas às normas é proibido no Direito Tributário. A consideração das razões excluídas pela regra faria com que a pretexto de concretizar princípios constitucionais ou mesmo outros valores que reputa dignos de proteção, o julgador negasse a força normativa das regras constitucionais atributivas de competência tributária, colocando em risco a própria supremacia da Constituição Federal.

17. A força normativa das regras atributivas de competência tributária não é determinada por elas mesmas, mas pelos princípios constitucionais do Estado de Direito, da segurança jurídica, da legalidade, da separação de Poderes e da igualdade. Todos esses princípios guardam uma vinculação necessária com regras rígidas, cuja força normativa afasta a consideração das razões por elas excluídas. Por isso, o consequencialismo judicial enquanto

consideração das consequências externas às normas também é proibido pelos princípios e regras basilares do Direito Tributário brasileiro.

18. A consideração das consequências externas às normas viola o princípio do Estado de Direito. Tal consideração sujeita o contribuinte não ao Direito posto, mas ao Direito criado e imposto pelo julgador no momento de aplicação da norma ao caso concreto. Como tais consequências não coincidem com aquelas prescritas pelo próprio Direito, a decisão judicial não se pauta pelo Direito, não é limitada pelo Direito, e nem sujeita o julgador e as partes ao Direito.

19. A consideração das consequências externas às normas viola o princípio da segurança jurídica. O ideal de cognoscibilidade é frustrado porque o contribuinte é incapaz de compreender os sentidos possíveis e limitados a serem atribuídos ao dispositivo relevante para solução do caso, tendo em vista a infinidade de elementos não previstos na norma e que podem, no momento da decisão, ser utilizados pelo julgador para determinar o seu conteúdo. O ideal de confiabilidade é frustrado porque o contribuinte é surpreendido pela atuação do julgador que, com base nas consequências externas à norma, altera o seu conteúdo no momento de aplicação, afastando o fundamento para ação (ou inação) do contribuinte. O ideal de calculabilidade é frustrado porque o contribuinte não sabe qual será a norma adotada no futuro, se a geral e abstrata, reconstruída diretamente a partir da Constituição Federal, ou a individual e concreta, criada pelo julgador no momento de aplicação.

20. A consideração das consequências externas às normas viola o princípio da separação de Poderes. A consideração das consequências externas às normas faz com que o julgador exerça simultaneamente a função de solucionar conflitos e de criar as normas que servem de fundamento para a sua própria decisão. Por essa razão, o Direito passa a ser aquilo que o julgador crê, e não aquilo que o legislador estabeleceu, de modo que o Poder Judiciário se impõe sobre os demais Poderes.

21. A consideração das consequências externas às normas viola o princípio da legalidade. A consideração das consequências externas às normas faz com que o julgador atue de modo instável e imprevisível, com base em critérios subjetivos e impassíveis de qualquer controle pelas partes e pela sociedade. O conteúdo da norma é determinado independentemente daquilo que a lei estabelece.

22. A consideração das consequências externas às normas viola o princípio da igualdade. Por meio da técnica da dissociação, o julgador introduz diferenciações na lei, criando distinções arbitrárias e impedindo a sua aplicação uniforme.

23. Os princípios da igualdade, capacidade contributiva, solidariedade e justiça social não autorizam o julgador a considerar as consequências internas desses princípios em detrimento das consequências internas das regras atributivas de competência tributária. As regras atributivas de competência tributária têm eficácia decisiva, de modo que se incidentes, sua consequência é imediatamente aplicável.

24. As normas que compõem o ordenamento jurídico-brasileiro também proíbem o julgador de considerar as consequências extrajurídicas para decidir casos tributários relativos à interpretação dos dispositivos e aplicação das regras atributivas de competência tributária. A consideração das consequências extrajurídicas permite ao julgador atuar de modo arbitrário e desvinculado do próprio Direito. A decisão judicial não adota como premissa decisória uma norma do ordenamento jurídico e, por esse motivo, carece de um fundamento jurídico (condição necessária para a sua validade).

25. Não bastasse a proibição imposta pelas normas do ordenamento jurídico relativamente à adoção do consequencialismo judicial no âmbito tributário, a utilização de argumentos consequencialistas na justificativa de decisões incorre em inúmeros vícios lógicos. Por esse motivo, há violação ao dever de justificar racionalmente as decisões e ao dever de interpretar os dispositivos e aplicar as normas de modo objetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARNIO, Aulis. *Essays on the Doctrinal Study of Law*. Dordrecht: Springer, 2011.

_____. Introduction. In PECZENIK, Aleksander. *On Law and Reason*. Dordrecht: Springer, 2008.

_____. *The rational as reasonable*. A Treatise on Legal Justification. D. Reidel Publishing Company: Dordrecht, 1987.

ADAMY, Pedro. Voto de Qualidade no CARF – Violação ao Critério Paritário. Considerações de Lege Ferenda. *Revista Direito Tributário Atual*, vol. 37. São Paulo: IBDT, 2017. p. 358-380.

ALEXANDER, Larry. “With Me, It’s All er Nuthin”: Formalism in Law and Morality. *The University of Chicago Law Review*, vol. 66, n.º 3. The University of Chicago Law Review, 1999. p. 530-565.

_____; MOORE, Michael. “Deontological Ethics”. In ZALTA, Edward N. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Metaphysic Research Lab (Stanford University), 2016. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/ethics-deontological/>>. Acesso em 27/10/2018.

ALEXY, Robert. On the Structure of Legal Principles. *Ratio Juris*, vol. 13, n.º 3. Wiley, 2000. p. 294-304.

_____. *Teoria da Argumentação Jurídica: a teoria do discurso racional como teoria da fundamentação jurídica*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

ARGUELHES, Diego e LEAL, Fernando. Pragmatismo como [Meta] Teoria Normativa da Decisão Judicial: Caracterização, Estratégias e Implicações. In Daniel Antonio de Moraes Sarmiento. (Org.). *Filosofia e Teoria Constitucional Contemporânea*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

ARISTOTLE. *On Sophistical refutations*. Translated by E. S. Forster. London: William Heinemann Ltd.; Cambridge: Harvard University Press, 1955.

ATALIBA, Geraldo. *Sistema Constitucional Tributário Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.

ATIENZA, Manuel. *Curso de argumentación jurídica*. Madrid: Editorial Trotta, 2013.

ÁVILA, Humberto. “A inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS”. In ÁVILA, Humberto. *Contribuições e imposto sobre a renda - estudos e pareceres*. São Paulo: Malheiros, 2015. p. 9-33.

_____. “Legalidade Tributária Multidimensional”. In FERRAZ, Roberto (coord.). *Princípios e Limites da Tributação*. São Paulo: Quartier Latin, 2005. p. 277-291.

_____. “Solidariedade Social e Tributação”. In GRECO, Marco Aurélio; GODOI, Marciano Seabra de. *Solidariedade Social e Tributação*. São Paulo: Dialética, 2005. p. 68-88.

_____. Argumentação jurídica e a imunidade do livro eletrônico. *Revista de Direito Tributário*, n.º 79. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 163-183.

_____. Ciência do Direito Tributário e Discussão Crítica. *Revista de Direito Tributário Atual*, n.º 32. São Paulo: Dialética, 2014. p. 159-197.

_____. *Competências tributárias: um ensaio sobre a sua compatibilidade com as noções de tipo e conceito*. São Paulo: Malheiros, 2018.

_____. *Conceito de renda e compensação de prejuízos fiscais*. São Paulo: Malheiros, 2011.

_____. Muito mais do que uma simples declaração. *Revista Conselhos*, v. 6. São Paulo, 2015.

_____. Planejamento Tributário. *Revista de Direito Tributário*, vol. 98. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 74-85.

_____. *Teoria da igualdade tributária*. 3ª edição. São Paulo: Malheiros, 2015.

_____. *Teoria da segurança jurídica*. 4ª edição. São Paulo: Malheiros, 2016.

_____. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 18ª edição. São Paulo: Malheiros, 2018.

BALEEIRO, Aliomar. *Direito tributário brasileiro*. Atualizado por Misabel Abreu Machado Derzi. 13ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. *Uma Introdução à Ciência das Finanças*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

BARRETO, Aires F. *ISS na Constituição e na lei*. Atualizado por Paulo Ayres Barreto. 4ª edição. São Paulo: Noeses, 2018.

BARRETO, Paulo Ayres. *Planejamento tributário: limites normativos*. São Paulo: Noeses, 2016.

BECKER, Alfredo Augusto. *Carnaval Tributário*. São Paulo: LEJUS, 1999.

_____. *Teoria Geral do Direito Tributário*. São Paulo: Saraiva, 1963.

BENGOETXEA, Joxerramon. Una defensa del consecuencialismo en el Derecho. *Telos*, vol. II, n.º 2. SIEU, 1993.

BENTHAM, Jeremy. The Book of Fallacies from Unfinished papers. In BOWRING, John. *The Works of Jeremy Bentham*, vol. II. Edinburgh: Simpkin, Marshal, & Co., London, 1843. p. 375-487.

BERGHOLTZ, Gunnar. "Reasons and causes in connection with judicial decisions". In PECZENIK, Aleksander; LINDAHL, Lars; VAN ROERMUND, Bert (ed.) *Theory of legal science: Proceedings on the Conference on Legal Theory and Philosophy of Science*, Lund, Sweden, December 11-14, 1983. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1984. p. 307-314.

BLOOM JR., Lockland H. Bad consequences. *SMU Law Review*, vol. 55. Dallas: SMU Law School, 2002. p. 69-8.

BOBBIO, Norberto. *Saggi sulla scienza giuridica*. Torino: G. Giappichelli Editore, 2011.

BOGNETTI, Giovanni. *La divisione dei Poteri: saggio di Diritto Comparato*. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1994.

BORGES, José Souto Maior. O princípio da segurança jurídica na criação e aplicação do tributo. *Revista Diálogo Jurídico*, n.º 11. Salvador: Centro de Atualização Jurídica, 2002. p. 1-6. Disponível em: <<http://www.direitopublico.com.br>>. Acesso em 28/10/2018.

BULYGIN, Eugenio. *Essays in Legal Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

CALMES, Sylvia. *Du principe de protection de la confiance légitime en droits allemand, communautaire et français*. Paris: Dalloz, 2001.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estado de Direito*. Lisboa: Gradiva, 1999.

CARBONELL, Flavia. “Reasoning by Consequences: Applying Different Argumentation Structures to the Analysis of Consequentialist Reasoning in Judicial Decisions”. In DAHLMAN, Christian; FETERIS, Eveline (ed.). *Legal Argumentation Theory: Cross-Disciplinary Perspectives*. Dordrecht: Springer, 2003. p. 1-19.

CARRAZZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. 25ª edição. São Paulo: Malheiros, 2009.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário*. 24ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

CHIASSONI, Pierluigi. *Tecnica dell’interpretazione giuridica*. Bologna: il Mulino, 2007.

CINCA, Carlos Diego Martínez. ¿Cómo decidir los “casos difíciles”? Del giro pragmático de la jurisprudencia al consecuencialismo. *Revista de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso*, n.º 43. Valparaíso: 2014. p. 703-730.

CSERNE, Péter. “Consequence-Based Arguments in Legal Reasoning: a Jurisprudential Preface to Law and Economics.” In MATHIS, Klaus (ed.). *Efficiency, Sustainability, and Justice to Future Generations*. Dordrecht: Springer, 2011. p. 31-54.

_____. Policy arguments before courts: identifying and evaluating consequence-based judicial reasoning. *Humanitas Journal of European Studies*, vol. 3. SAGE Publications, 2009. p. 9-30.

DEL MAR, Maksymilian. The Forward-Looking Requirement of Formal Justice: Neil MacCormick on Consequential Reasoning. *Jurisprudence*, vol. 6, n.º 3. Taylor & Francis Group, 2015. p. 429-450.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Modificações da Jurisprudência no Direito Tributário: proteção da confiança, boa-fé objetiva e irretroatividade como limitações constitucionais ao Poder Judicial de Tributar*. São Paulo: Noeses, 2009.

_____. *Direito Tributário, Direito Penal e Tipo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

DICEY, Albert Venn. *Introduction to the study of The Law of the Constitution*. Indianapolis: Liberty Fund, 1982.

DRIVER, Julia. *Consequentialism*. New York: Routledge, 2012.

FALLON JR., Richard H. “The Rule of Law” as a Concept in Constitutional Discourse. *Columbia Law Review*, vol. 97, n.º 1. New York: Columbia Law Review Association, Inc., 1997. p. 1-56.

FERRAZ JR. Tércio Sampaio. *Direito, Retórica e Comunicação*. Subsídios para uma pragmática do discurso jurídico. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2015.

_____. Segurança jurídica e normas gerais tributárias. *Revista de Direito Tributário*, ano 5, n.º 17-18. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981. p. 51-56.

FETERIS, Eveline T. The Rational Reconstruction of Argumentation Referring to Consequences and Purposes in the Application of Legal Rules: a Pragma-Dialectical Perspective. *Argumentation*, vol. 19, n.º 4. Dordrecht: Springer, 2006. p. 459-470.

FISHER, Alec. *Critical Thinking*. An Introduction. 2nd edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

GIDE, André. Le traité du narcissisme. Théorie du symbole. *Entretiens*, vol. 4, n.º 22, 1892. p. 20-28.

GODOI, Marciano Seabra de. “Tributo e Solidariedade Social”. In GRECO, Marco Aurélio; GODOI, Marciano Seabra de. *Solidariedade Social e Tributação*. São Paulo: Dialética, 2005. p. 141-167.

GOMETZ, Gianmarco. *La certezza giuridica come prevedibilità*. Torino: G Giappichelli Editore, 2005.

GRAU, Eros Roberto. *Por que tenho medo dos juízes (a interpretação/aplicação do direito e os princípios)*. 6ª edição. São Paulo: Malheiros, 2013.

GRECO, Marco Aurélio. “Solidariedade Social e Tributação”. In GRECO, Marco Aurélio; GODOI, Marciano Seabra de. *Solidariedade Social e Tributação*. São Paulo: Dialética, 2005. p. 168-189.

_____. *Planejamento tributário*. 3ª edição. São Paulo: Dialética, 2011.

GUASTINI, Riccardo. *Filosofia del diritto positivo*. Torino: G. Giappichelli Editore, 2017.

_____. Interpretación y construcción jurídica. *Isonomía*, n.º 43, octubre 2015.

_____. *Interpretar y argumentar*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014.

_____. Interpretare e argomentare. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 2011.

_____. *L'interpretazione dei documenti normativi*. Milano: Giuffrè, 2004.

_____. *Teoria e dogmatica delle fonti*. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1998.

HAMBLIN, C. L. *Fallacies*. London: Methuen & Co. Ltd., 1970.

HESSE, Konrad. *Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha*. Tradução de Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.

HUTCHINSON, Allan C. “The Rule of Law Revisited: Democracy and Courts”. In DYZENHAUS, David. *Recrafting the Rule of Law: The Limits of Legal Order*. Oxford and Portland: Hart Publishing, 1999. p. 196-224.

KAHANE, Howard; CAVENDER, Nancy. *Logic and Contemporary Rhetoric*. The use of reason in everyday life. 10th edition. Belmont: Thomson Wadsworth, 2006.

KELLEY, David. *The art of reasoning*. 3rd edition. New York: W. W. Norton & Company, 1998.

KOURY, Paulo Arthur Cavalcante. “A Segurança Jurídico-Tributária no Tempo: um estudo sobre a modulação de efeitos na ADI 4.628”. In SOUZA, Pedro Guilherme G. de; DANTAS, Rodrigo N. Dubourcq. (coord.). *Obrigação Tributária e Segurança Jurídica*. São Paulo: Quartier Latin, 2016. p. 141-160.

_____. *Competência tributária regulamentar*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Direito, USP, 2017.

KRAMER, Matthew. *Objectivity and the Rule of Law*. New York: Cambridge University Press, 2007.

LAPORTA, Francisco J. *El imperio de la ley: una visión actual*. Madrid: Trotta, 2007.

LEAL, Fernando. “Inclinações pragmáticas no direito administrativo: nova agenda, novos problemas. O caso do PL 349/15”. In LEAL, Fernando; MENDONÇA, José Vicente Santos de (org.). *Transformações do Direito Administrativo: consequencialismo e estratégias regulatórias*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2016. p. 25-30.

_____. Seis objeções ao Direito Civil Constitucional. *Direitos Fundamentais & Justiça*, ano 9, n.º 33. Porto Alegre: HS Editora, 2015. p. 123-165.

LEÃO, Martha. *O direito fundamental de economizar tributos: entre legalidade, liberdade e solidariedade*. São Paulo: Malheiros, 2018.

LEBRUN, Jean et al. “La relativité du temps; le temps de politiques, le temps de l’opinion publique, e temps des medias et le temps de la justice”. In GABORIAU, Simone; PAULIAT, Hélène. *Le Temps, la Justice et le Droit: actes du colloque organisé à Limoges les 20 et 21 novembre 2003*. Limoges: Pulim, 2004. p. 271-286.

LOEWENSTEIN, Karl. *Teoría de la Constitución*. Barcelona: Editorial Ariel, 1979.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Raciocínio Jurídico e Economia. *Revista de Direito Público da Economia (RDPE)*, ano 2, n.º 8. Belo Horizonte: Fórum, 2004. p. 137-170.

LUHMANN, Niklas. *Law as a Social System*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MACCORMICK, Neil. “Rhetoric and the Rule of Law”. In DYZENHAUS, David. *Recrafting the Rule of Law: The Limits of Legal Order*. Oxford and Portland: Hart Publishing, 1999. p. 163-177.

_____. “Rhetoric and the Rule of Law”. In DYZENHAUS, David. *Recrafting the Rule of Law: The Limits of Legal Order*. Oxford and Portland: Hart Publishing, 1999. p. 163-177.

_____. *Legal Reasoning and Legal Theory*. Oxford: Clarendon Press, 1978.

_____. On legal decisions and their consequences: from Dewey to Dworkin. *New York University Law Review*, vol. 58, n.º 2. New York: New York University, 1983. p. 239-258.

_____. *Rhetoric and the Rule of Law: A Theory of Legal Reasoning*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

_____; SUMMERS, Robert. “Interpretation and Justification”. In MACCORMICK, Neil; SUMMERS, Robert (editors). *Interpreting Statutes: A Comparative Study*. Brookfield: Dartmouth, 1991. p. 511-544.

MARMOR, Andrei. “An Essay on The Objectivity of Law”. In BIX, Brian (ed.). *Analyzing Law: New Essays in Legal Theory*. Oxford: Clarendon Press, 1998. p. 3-31.

_____. *Positive Law and Objective Values*. Oxford: Clarendon Press, 2001.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Os grandes desafios do controle da Administração Pública. *Fórum de Contratação e Gestão Pública* (FCGP), ano 9, n.º 100. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 1-34.

_____; FREITAS, Rafael Vêras. A nova LINDB e o consequencialismo jurídico como mínimo essencial. *Revista Consultor Jurídico*. Publicado em 18 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-mai-18/opinio-lindb-quadrantes-consequencialismo-juridico>>. Acesso em 30/10/2018.

MATHIS, Klaus. “Consequentialism in Law”. In MATHIS, Klaus (ed.). *Efficiency, Sustainability, and Justice to Future Generations*. Dordrecht: Springer, 2011. p. 3-29.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

MENDES, Conrado Hübner. *Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação*. São Paulo: Saraiva, 2011.

MENDONÇA, José Vicente Santos de. “Dois futuros (e meio) para o projeto de lei do Carlos Ari”. In LEAL, Fernando; MENDONÇA, José Vicente Santos de (org.). *Transformações do Direito Administrativo: consequencialismo e estratégias regulatórias*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2016. p. 31-34.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. *Curso de direito tributário*. 14ª edição. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. *Da interpretação e da aplicação das leis tributárias*. 2ª edição. São Paulo: José Bushatsky Editor, 1974.

NOVOA, César García. *El principio de seguridad jurídica en materia tributaria*. Madrid: Marcial Pons, 2000.

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. “Planejamento Tributário, este Incompreendido”. In SANTOS, Ramon Tomazela (coord.). *Estudos de direito tributário: 40 anos de Mariz de Oliveira e Siqueira Campos Advogados*. São Paulo: Mariz de Oliveira e Siqueira Campos Advogados, 2018. p. 27-38.

_____. *Fundamentos do Imposto de Renda*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

PARGENDLER, Mariana e SALAMA, Bruno Meyerhof. Direito e Consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. *Revista de Direito Administrativo (RDA)*, v. 262, Rio de Janeiro, jan.-abr., 2013.

PECZENIK, Aleksander. *On Law and Reason*. Dordrecht: Springer, 2008.

_____. *Scientia Juris: Legal Doctrine as Knowledge of Law and as a Source of Law*. Springer: Dordrecht, 2005.

PEREIRA, Flávio Henrique Unes (coord.). *Segurança Jurídica e qualidade das decisões públicas: desafios de uma sociedade democrática*. Brasília: Senado Federal, 2015.

PERELMAN, Chaïm. Pragmatic arguments. *Philosophy*, vol. 34, n.º 128. Cambridge: Cambridge University Press on behalf of Royal Institute of Philosophy, 1959.

PETTIT, Philip. Consequentialism and Respect for Persons. *Ethics*, vol. 100, n.º 1. Chicago: The University of Chicago Press, 1989. p. 116-126.

_____. The consequentialist can recognise rights. *The Philosophical Quarterly*, vol. 38, n.º 150. Oxford: Oxford University Press on behalf of the Scots Philosophical Association and the University of St. Andrews, 1988. p. 42-55.

PIROZI, Maurício José Machado. Consequencialismo judicial – Uma realidade ante o impacto socioeconômico das sentenças. *Jurisprudência Mineira*, a. 59, vol. 187. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, outubro/dezembro 2008.

PISCITELLI, Tathiane dos Santos. *Argumentando pelas consequências no direito tributário*. São Paulo: Noeses, 2011.

POSCHER, Ralf. “The Principles Theory: how many theories and what is their merit?”. In KLATT, Matthias (ed.). *Institutionalizing reason: Perspectives on the Legal Philosophy of Robert Alexy*. New York: Oxford University Press, 2012.

RACINE, Jean-Baptiste; SIIRIAINEN, Fabrice. “Sécurité juridique et droit économique: propos introductifs”. In BOY, Laurence; RACINE, Jean-Baptiste; SIIRIAINEN, Fabrice. *Sécurité juridique et droit économique*. Bruxelles: Larcier, 2008. p. 5-21.

RADIN, Margaret Jane. Reconsidering the Rule of Law. *Boston University Law Review*, vol. 69, n.º 4. Boston: Boston University, 1989. p. 781-819.

RAWLS, John. Two Concepts of Rules. *The Philosophical Review*, vol. 64, n.º 1. Durham: Duke University Press on behalf of Philosophical Review, 1955. p. 3-32.

RAZ, Joseph. “Legal Principles and the Limits of Law”. *The Yale Law Journal*, vol. 81, issue 5. New Haven: Yale Law School Legal Scholarship Repository, 1972. p. 823-854.

_____. *Between Authority and Interpretation: On the Theory of Law and Practical Reason*. New York: Oxford University Press, 2009.

_____. *Practical reason and norms*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de Direito*. 23ª edição. São Paulo: Saraiva, 1996.

ROTTERDAM, Erasmo de. *Elogio da Loucura*. Ponta Grossa: Atena, 2002. p. 53. E-book disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000026.pdf>>. Acesso em 30/10/2018.

RUDDEN, Bernard. Consequences. *Juridical Review: The Law Journal of Scottish Universities*, n.º 24. Edinburgh: W. Green and Son Limited Law Publishers, 1979. p. 193-201.

RUDINOW, Joel; BARRY, Vincent E. *Invitation to Critical Thinking*. 6th Edition. Belmont: Thomson Wadsworth, 2008.

SCHAEFER, Walter V. Prospective Rulings: Two Perspectives. *The Supreme Court Review*, vol. 1982. Chicago: The University of Chicago Press, 1982. p. 1-24.

SCHAUER, Frederick. Formalism. *The Yale Law Journal*, vol. 97, n.º 4. The Yale Law Journal Company, Inc., 1988. p. 509-548.

_____. Instrumental commensurability. *University of Pennsylvania Law Review*, vol. 146, n.º 5. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1998, p. 1215-1233.

_____. *Playing by the Rules: A Philosophical Examination of Rule-Based Decision-Making in Law and in Life*. Oxford: Clarendon, 1991 (reprinted 2002).

_____. *Profiles, probabilities and stereotypes*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2003.

_____. *Thinking like a lawyer: a new introduction to legal reasoning*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

SCHEUERMAN, William E. “Globalization and the Fate of Law”. In DYZENHAUS, David. *Recrafting the Rule of Law: The Limits of Legal Order*. Oxford and Portland: Hart Publishing, 1999. p. 243-266.

SCHOUERI, Luís Eduardo. *Direito Tributário*. 8ª edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SCHUARTZ, Luis Fernando. Consequencialismo Jurídico, Racionalidade Decisória e Malandragem. *Revista de Direito Administrativo*, vol. 248. Atlas, 2008. p. 130-158.

SELBY-BIGGE, L.A (ed.). *Hume’s Treatise of Human Nature*. Oxford: Clarendon Press, 1896.

SILVA, Almiro do Couto e. “O princípio da segurança jurídica no direito público brasileiro e o direito da administração pública de anular seus próprios atos administrativos: o prazo decadencial do art. 54 da Lei do processo administrativo da União (Lei 9.784/1999)”. In SILVA, Almiro do Couto e. *Conceitos Fundamentais do Direito no Estado Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2014. p. 43-90.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional positivo*. 32ª edição. São Paulo: Malheiros, 2009.

SINNOTT-ARMSTRONG, Walter. “Consequentialism”. In ZALTA, Edward N. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Metaphysic Research Lab (Stanford University), 2015. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2015/entries/consequentialism/>>. Acesso em 27/10/2018.

SOCCIO, Douglas J; BARRY, Vincent E. *Practical logic: an antidote for uncritical thinking*. 5th edition. Belmont: Thomson Wadsworth, 1998.

SOUZA, Henrique Coutinho de. “A Modulação de Efeitos Temporais das Decisões em Matéria Tributária: um Estudo sobre os Argumentos Consequencialistas Econômicos no Direito Tributário”. In SANTOS, Ramon Tomazela (coord.). *Estudos de direito tributário: 40 anos de Mariz de Oliveira e Siqueira Campos Advogados*. São Paulo: Mariz de Oliveira e Siqueira Campos Advogados, 2018. p. 297-318.

SUNDFELD, Carlos Ari. “LINDB: Direito Tributário está sujeito à Lei de Introdução reformada. Qual o âmbito de incidência dos novos dispositivos?”. *Jota*. Publicado em 10/08/2018. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/lindb-direito-tributario-esta-sujeito-a-lei-de-introducao-reformada-10082018>>. Acesso em 13/08/2018.

_____. *Direito Administrativo para Céticos*. 2ª edição. São Paulo: Direito GV/Malheiros, 2014.

_____; JURKSAITIS, Guilherme Jardim. “Uma lei para dar mais segurança jurídica ao direito público e ao controle”. In LEAL, Fernando; MENDONÇA, José Vicente Santos de (org.). *Transformações do Direito Administrativo: consequencialismo e estratégias regulatórias*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2016. p. 21-24.

SUNSTEIN, Cass R. If people would be outraged by their rulings, should judges decide?. *Stanford Law Review*, vol. 60, n.º 1. Stanford: Stanford Law Review, 2007.

_____. Must formalism be defended empirically?. *Coase-Sandor Working Paper Series in Law and Economics*, Working Paper n.º 70. Chicago: The University of Chicago Law School, 1999. p. 1-37.

_____. There is nothing that interpretation just is. *Constitutional Commentary*, vol. 30, issue 2. The University of Minnesota Law School, 2015. p. 193-212.

_____; ULLMANN-MARGALIT, Edna. Second-Order Decisions. *Ethics*, vol. 110, n.º 1, Chicago: The University of Chicago Press, 1999. p. 5-31.

SYPNOWICH, Christine. "Utopia and the Rule of Law". In DYZENHAUS, David. *Recrafting the Rule of Law: The Limits of Legal Order*. Oxford and Portland: Hart Publishing, 1999. p. 178-195.

TAMANAH, Brian Z. *On the Rule of Law: History, Politics, Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TARELLO, Giovanni. *L'interpretazione della legge*. Vol. I, t. 2. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1980.

THOMAS, D. A. Lloyd. Consequences. *Analysis*, vol 28, n.º 4. Oxford: Oxford University Press on behalf of the Analysis Committee, 1968.

THOMSON, Anne. *Critical reasoning: a practical introduction*. 3rd edition. Abingdon: Routledge, 2009.

THOULESS, R. H.; THOULESS, C. R. *Straight & Crooked Thinking*. 5th edition. London: Hodder Education, 2011.

TORRES, Ricardo Lobo. "O consequencialismo e a modulação dos efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal". In SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes (coord.). *Direito Tributário: Estudos em tributo ao jurista Ives Gandra da Silva Martins*. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

_____. *Tratado de Direito Constitucional, Financeiro e Tributário*, vol. II – Valores e princípios constitucionais tributários. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

VATE JR., Dwight Van de. The appeal to force. *Philosophy and Rhetoric*, vol. 8, nº 1. Penn State University Press, 1975.

VERMEULE, Adrian. *Judging under uncertainty: an institutional theory of legal interpretation*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

_____. Three Strategies of Interpretation. *San Diego Law Review*, vol. 42. San Diego: University of San Diego, 2005. p. 607-628.

WALDRON, Jeremy. Separation of Powers in Thought and Practice?. *Boston College Law Review*, vol. 54, issue 2. Boston College, 2013. p. 433- 468.

WALTON, Douglas. Defeasible reasoning and informal fallacies. *Synthese*, vol. 179, n° 3. Springer, 2011.

_____. Practical Reasoning and the Structure of Fear Appeal Arguments. *Philosophy & Rhetoric*, vol. 29, n.º 4. Penn State University Press, 1996.

WEINBERG, Ota. "Formalism or Anti-formalism: Reconsidering an Important Dispute in Jurisprudence". In KRAWIETZ, Werner; MACCORMICK, Neil; von WRIGHT, Georg Henrik. *Prescriptive Formality and Normative Rationality in Modern Legal Systems: Festschrift for Robert S. Summers*. Berlin: Duncker & Humblot, 1994. p. 683-692 (686).

WESTEN, Peter. *Speaking of equality: an analysis of the rhetorical force of "equality" in moral and in legal discourse*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

WILLIAMS, Bernard. "A critique of utilitarianism". In SMART, J. J. C; WILLIAMS, Bernard. *Utilitarianism: For and Against*. 27th printing. New York: Cambridge University Press, 2008. p. 77-108.

XAVIER, Alberto. *Os princípios da legalidade e da tipicidade da tributação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

ZOLO, Danilo. "The Rule of Law: A Critical Reappraisal". In COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo (ed.). *The Rule of Law: History, Theory and Criticism*. Dordrecht: Springer, 2007.